

3ª CÂMARA CRIMINAL GABINETE DO DES. GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR
HABEAS CORPUS CRIMINAL nº 0819586-68.2022.8.10.0000 Paciente: EDILSON DA
SILVA SOUSA Impetrante: MATHEUS REIS ARAGÃO (OAB/MA nº 20.145) Impetrado:
JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE SÃO MATEUS Relator: DESEMBARGADOR
GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS.
HOMICÍDIO QUALIFICADO. EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA.
INOCORRÊNCIA. CAUSA COMPLEXA (PLURALIDADE DE RÉUS E INSTAURAÇÃO DE
CONFLITO DE COMPETÊNCIA). PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA À LUZ DO
ART. 312 DO CPP. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA.
I. Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, eventual
constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério
aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos
princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, levando em conta as
peculiaridades da demanda, de modo a evitar retardo abusivo e
injustificado na prestação jurisdicional. Precedentes. II. Constrangimento
ilegal não configurado na espécie, uma vez que o feito tramita de forma
regular e o relativo atraso para o seu término ocorreu, sobretudo, em
razão da paralisação do processo pela instauração de conflito negativo de
competência, suscitado pelo Juízo da 1ª Vara Criminal de São Luís em face
do Juízo da 1ª Vara de São Mateus, o qual restou solucionado por esta
Corte Estadual somente em maio do corrente ano. III. Merece registro,
ademais, a complexidade da demanda, que apura o cometimento de crime grave
(homicídio qualificado), motivado por disputa entre facções criminosas,
figurando 04 (quatro) réus no polo passivo da ação penal, o que também
justifica a extrapolação dos prazos previstos na lei processual.
Outrossim, atualmente aguarda-se a citação pessoal dos demais acusados e
transcurso do prazo para oferecimento de resposta à acusação, havendo
expectativa de que, logo após, seja designada audiência de instrução. IV.
Acresça-se a essa circunstância o fato de que, com o retorno do feito à
Comarca de São Mateus, a autoridade impetrada em 02 (duas) oportunidades –
14/06/2022 e 30/09/2022 – manteve a prisão preventiva do paciente, como
forma de garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei
penal (art. 312, CPP), em razão da periculosidade exacerbada dos agentes.
Destacou-se, na origem, que as investigações apuraram que os denunciados
integram a organização criminosa conhecida como “Bonde dos 40”, enquanto a
vítima era integrante da facção criminosa denominada “Primeiro Comando da
Capital” (PCC), de envergadura nacional. V. Ordem conhecida e denegada.
São Luís/MA, data do sistema. Des. GERVÁSIO Protásio dos SANTOS Júnior
Relator (HCCrim 0819586-68.2022.8.10.0000, Rel. Desembargador (a) GERVASIO
PROTASIO DOS SANTOS JUNIOR, 3ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 17/10/2022)